

O povo - pode voltar para lá, porque isso aí, na verdade, são os secretários, quando o secretário esteve lá, o secretário João Otaviano - vou pedir para que o pessoal possa passar para a população, a população andando em cima da ponte.

Há uma semana a população está sem a utilização dessa ponte. Olha aí, o pessoal andando a pé, de bicicleta, a prefeitura colocou algumas coisas para poder amenizar um pouco. Mas olha lá, a pessoa com cadeirante, crianças de colo usando a Ponte dos Barreiros diariamente.

Aí, claro, o transporte coletivo teve que modificar, então quem mora na área continental o transporte deixa na cabeceira da ponte, pessoa atravessa 700 metros, do outro lado o transporte continua a levar as pessoas para o centro da cidade. Da mesma forma, depois de alguns dias, a MTU fez a mesma coisa.

Mas, sinceramente, tem cabimento que as pessoas passem por uma humilhação como essa aqui? É assim, é desumano você fazer isso. Eu estive lá quatro dias consecutivos para conversar com as pessoas, mas de fato todo mundo com razão está “p” da vida. Não quero ouvir explicação nenhuma.

Agora, eu não quero aqui ficar discutindo se é competência de um ou de outro. Eu tenho clareza - e até o documento que quero que passe aqui agora - demonstra que é de responsabilidade do Estado, porque senão, em 95, o então governador Fleury, na entrega da ponte, não teria dado o nome da ponte, Ponte dos Barreiros passando por Ponte A Tribuna. Afinal ninguém dá nome no filho dos outros. Só dá nome aquele que é dono.

Está muito claro para mim que é o Governo do Estado aquele que tem a responsabilidade de fazer a conservação e também, nesses casos de obras estruturantes, o Governo do Estado que tem a condição de bancar.

Podemos combinar. Quando combina, tudo vale. Vamos combinar, por exemplo, a partir de uma nova reforma, trata-se de fazer um convênio entre Prefeitura e estado para conservação, manutenção e outras coisas mais.

Mas, é inadmissível o Governo do Estado passar essa bola para a Prefeitura. Então, quero aqui sensibilizar os deputados para duas coisas: a primeira delas, me ajudar com obras emergenciais.

O secretário Vinholi me ligou ontem para dizer que vai colocar um milhão de reais para iniciar uma obra emergencial. É pouco, ainda. Mas, não vamos descartar nada. Vamos celebrar esse convênio, vamos começar essa obra.

Eu, particularmente, até pela relação que tenho, e pela gratidão, e pelo que eu devo, São Vicente, por tudo o que me fez, abri mão, Ed, de todas as minhas emendas parlamentares. Cem por cento delas eu coloquei para a reforma da Ponte dos Barreiros.

Você sabe bem, são dois milhões e 600 mil reais, porque metade é para a Saúde. Então, tudo foi para a ponte. Agora, além de obras emergenciais que possam, com segurança, com o IPT junto, com o Governo do Estado junto, nós queremos que a ponte possa voltar a ter a sua utilização, com restrições.

A Prefeitura instalou radares a pedido do IPT, instalou lombadas a pedido do Judiciário, colocou guardas municipais e agentes de trânsito proibindo caminhões de mais de dois eixos, pagou um teste de cargas.

Então, a Prefeitura, dentro do possível e da sua limitação orçamentária, está fazendo a sua parte.

Agora, o que eu quero pedir mais aos deputados, é para que eles possam me ajudar a colocar uma emenda ao Orçamento. Eu apresentei uma e tem outros colegas que apresentaram outras com esse objeto.

Eu não quero nem que a minha seja aprovada. Eu quero que alguma emenda com essa rubrica especifica esteja no Orçamento de 2020. Se não, nós vamos ficar chorando aqui, eu vou ficar espremeando aqui, mas nada vai acontecer. Porque tem que estar no papel. Eu quero ver no papel.

Não adianta falar: “Vou fazer, eu quero fazer”. Eu estou fazendo a minha parte em relação às emendas individuais a que eu tenho direito. Mas, é muito pequeno perto do tamanho da ponte. São 613 estacas. Seiscentas e treze estacas batidas.

- É feita exibição de imagem.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB – Aí está a condição da Ponte: está carcamida, tem pilares melhores, tem pilares piores.

Agora, é claro que precisa fazer uma reforma. Por isso, eu quero, mais uma vez, pedir aos colegas que possam me ajudar nessa tarefa, e votar aqui no Orçamento uma segurança para as pessoas de que em 2020 nós vamos começar essa reforma por completo da Ponte dos Barreiros.

Enquanto isso, eu quero e vou acreditar que nós vamos começar uma reforma emergencial com respaldo do IPT para dar segurança para os moradores de a gente ter a Ponte dos Barreiros mesmo que seja com restrições.

Tem um lado, o lado da parte ferroviária, que está um pouco melhor conservado para poder voltar a sua utilização. O que não dá é para ficar enrolando, empurrando com a barriga. O momento é agora, é na hora do Orçamento. Porque não adianta a gente ficar falando. E, depois, no ano que vem, se não tiver nada no Orçamento?

Se tiver no Orçamento, você consegue exigir licitação, você consegue cobrar para que as coisas possam acontecer. Caso contrário, aí não tem jeito. Então, acho que o documento que eu trouxe aqui é muito forte e corrobora com a nossa fala de responsabilização, sem querer jogar para torcida “A” ou torcida “B”.

Eu quero é que as coisas aconteçam. O que não dá é para a ponte ficar interdita sem nenhuma perspectiva de obra. Esse é o pior cenário.

Mais uma vez eu quero agradecer, presidente, a gentileza, e quero pedir a compreensão dos colegas para nos ajudar nessa tarefa da reforma da Ponte dos Barreiros.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB – Havendo concordância de todos, quero pedir a suspensão da presente sessão até as 18 horas e 45 minutos, presidente, havendo acordo de lideranças.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS – É regimental o pedido de Vossa Excelência.

Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, então, suspende os nossos trabalhos até as 18 horas e 45 minutos.

- Suspensa às 15 horas e 44 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 47 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Reaberta a sessão.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Para pedir uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não cabe uma verificação de presença, deputado Barba, porque não abrimos a Ordem do Dia. Verificação de presença só cabe no momento em que eu abrir a Ordem do Dia. Perfeito?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Eu gostaria de utilizar a tribuna pelo Art. 82 do Regimento Interno, pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra V. Exa. pela liderança do PSOL.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Posso fazer uma questão de ordem nesse momento?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Questão de ordem? Pode fazer. Questão de ordem sempre tem precedência, inclusive, sobre oradores na tribuna. Peço ao deputado Giannazi, se puder aguardar a questão de ordem. Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. GIL DINIZ - PSL - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Presj-dente, nos termos dos Art. 260 e 261 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, apresento a Vossa Excelência a seguinte questão de ordem:

“O artigo 209 do Regimento Interno dispõe que, ‘As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham o parecer favorável, entre as quais, se consideram as de Comissão, ou contrário”.

Em seu parágrafo 3º que, ‘O Plenário poderá conceder, a requerimento de qualquer Deputado ou Deputada, que a votação das emendas se faça destacadamente, ou uma a uma’.

Em comunicado expedido na tarde do dia 06/12/2019, a Presidência, diante da formação de uma fila de servidores na entrada do Plenário, para protocolização de documentos relativos à matéria constante das Ordens dos Dias das sessões extraordinárias convocadas, especificamente a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2019, resolveu que seriam distribuídas às 19h00, pela Secretaria Geral Parlamentar, senhas àqueles servidores para que pudessem retornar a partir das 08h30 da segunda-feira, dia 9, e pudesse ser respeitada a ordem correspondente às referidas senhas.

Ocorre que não encontramos quaisquer disposições no Regimento Interno sobre a prerrogativa de se utilizar senhas para garantir a ordem de chegada para protocolização de documentos em sessão vintoura. Tampouco a garantia que aquelas senhas foram entregues sem que houvesse prejuízo a quem quer que seja, vez que não conhecemos o critério adotado na ordem de entrega.

Do mesmo modo, não há menção quanto à definição de qual requerimento terá preferência para eventual deliberação ou se é o caso de ser considerado como mais de um requerimento simultaneamente apresentado.

Desta forma, diante dos fatos ocorridos, apresento esta questão de ordem, para solicitar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa:

1 - Informe qual dispositivo regimental ou constitucional está sendo aplicado para distribuição de senhas em um dia e garantia da ordem correspondente no dia seguinte;

2 - Informe como será definido quanto à deliberação dos requerimentos apresentados, se individual em determinada ordem ou se simultâneos, e qual o dispositivo legal adotado”.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Recebo a questão de ordem de Vossa Excelência. No momento oportuno, farei a resposta.

Deputado Carlos Giannazi.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Trinta segundos para fazer um comunicado, com a anuência do deputado Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Carlos Giannazi permite o comunicado? Passo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Só para comunicar a todos os deputados e deputadas aqui presentes que faleceu a mãe do deputado Zico Prado. Faleceu hoje aos 95 anos de idade. O Zico Prado foi deputado aqui nessa Casa por seis ou sete mandatos. Então, desejar ao deputado Zico Prado nossa solidariedade, nossos sentimentos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Desejo, da mesma forma. O deputado Paulo Lula Fiorilo já solicitou um minuto de silêncio em nome da falecida mãe do nosso sempre deputado Zico Prado. E registro aqui a posição de V. Exa., também desejando sentimentos ao deputado Zico Prado e a toda a família.

Com a palavra, neste momento, para falar pelo Art. 82, o deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente, servidores do estado de São Paulo, guerreiros e guerreiras. (Manifestação nas galerias.) Sempre na luta incessante contra a farsa da reforma da Previdência, contra o confisco salarial, contra o confisco de direitos previdenciários.

Eu ouvi bastante aqui de alguns deputados, mas sobretudo da Presidência da Assembleia Legislativa, que a votação da reforma da Previdência é a grande prioridade da Assembleia Legislativa.

Não é a nossa. Porque essa reforma da Previdência não é um projeto da população do estado de São Paulo; não é a nossa prioridade. Esse é um projeto que interessa aos bancos nacionais e internacionais, é um projeto que interessa muito às empresas privadas de Previdência, é um projeto que interessa muito aos rentistas e especuladores da dívida pública brasileira.

Esse projeto não interessa aos 45 milhões de habitantes do estado de São Paulo e não interessa a um número significativo de deputados que estão aqui. (Manifestação nas galerias.)

Estão mobilizados contra essa proposta nefasta e perversa, que vai praticamente destruir a aposentadoria, vai inviabilizar o acesso à aposentadoria para milhares de servidores da Educação, da Segurança Pública, do sistema prisional, da Saúde, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e de vários órgãos, de várias secretarias do estado de São Paulo.

Então, nós queremos deixar claro que essa proposta não é prioritária para nós. Pode ser para o presidente Cauê Macris.

Eu até gostaria de indagá-lo, deputado Cauê Macris, porque nós estamos à deriva aqui. Na semana passada, nós entramos num momento de exceção. No dia cinco de outubro, as portas foram fechadas. A Assembleia Legislativa fechada, até para o público entrar; a imprensa teve também o acesso restrito.

Foi um momento de exceção da Assembleia Legislativa. Agora, nós ficamos num momento de... A Assembleia ficou à deriva, na verdade. Não teve reunião de líderes, não há nenhum tipo de encaminhamento.

Então, eu fico imaginando que agora o líder do Governo não é mais o Carlão Pignatari, deputado Carlão Pignatari. Acho que é o próprio deputado Cauê Macris. Então, o presidente da Assembleia Legislativa agora é o verdadeiro líder do Governo, que está usando do seu poder na Presidência para forçar a votação da reforma da Previdência.

Isso é muito grave, porque a Presidência não pode... Ela tem que pelo menos disfarçar o seu lado. Deputado Cauê Macris não está disfarçando. Ele já tomou partido, está utilizando a Presidência para fazer militância em defesa desse nefasto projeto da reforma da Previdência. (Manifestação nas galerias.) Deputado Cauê Macris, V. Exa. é o presidente da Assembleia Legislativa. Vossa Excelência não é o líder do Governo para fazer afirmações que essa é a prioridade da Assembleia Legislativa. Não é a nossa prioridade.

Vossa Excelência pode falar em nome do governo, dos deputados da base que também estão em dúvida. Muitos deles estão balançando. É importante conversar com os deputados da base do governo que também têm dúvida sobre a aprovação desses dois projetos.

Espero que V. Exa. pelo menos disfarce um pouquinho porque foi demais. Cancelar a reunião de líderes? Temos projetos importantes para serem debatidos e votados. O Orçamento. Apresentamos muitas emendas ao Orçamento para aumentar o financiamento da Educação pública, da Segurança, da Saúde, do sistema prisional.

Queremos aprovar o Orçamento democrático, um Orçamento que possa atender todas as emendas apresentadas pelos deputados e pelos movimentos sociais. Temos os projetos dos deputados, nós temos outras prioridades que estão todas paralisadas por conta dessa tentativa desesperada do governo em votar a antirreforma da Previdência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei Complementar nº 80, de 2019.

Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da primeira sessão extraordinária, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei Complementar nº 80, de 2019.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, nobre deputado Carlos Cezar.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Para um comunicado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Eu quero apenas deixar registrado aqui a minha indignação, o meu repúdio ao Porta dos Fundos e à Netflix, pelo dito especial de Natal que estão lançando, um especial que ofende os cristãos, que ofende mais de 90% da população deste País que é cristã, onde colocam o Sr. Jesus como homossexual, participando de festas onde tem drogas, maconhas.

Há um abaixo-assinado na Internet, eu estou sugerindo aqui, comunicando a todos que assinem esse abaixo-assinado para que a Netflix retire esse conteúdo indecente, imoral, ofensivo e que infringe a nossa lei, porque o vilipêndio está previsto, deputado Roberto Morais, está previsto na legislação com crime de um a três anos de cadeia.

Quero aqui reprender e lamentar a posição do Fábio Porchat, do Gregório Duvivier, desses atores que não sabem fazer humor e que desrespeitam a fé das pessoas.

O desrespeito é algo absurdo e que nós não vamos tolerar e não vamos nos calar. Estamos aqui, Sr. Presidente, colhendo assinaturas de vários deputados que se manifestaram favoravelmente e apresentando uma moção de repúdio para mandarmos para o Ministério Público, para que esse mal seja extirpado. Apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT – PARA COMUNICAÇÃO - Aproveitar, Sr. Presidente, esse tempo que resta, propor um minuto de silêncio em homenagem à mãe do nosso companheiro, deputado Zico.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A pedido, novamente, do deputado Barba, já tínhamos feito um minuto de silêncio, mas como temos aqui mais alguns instantes da sessão, mais um minuto, vamos fazer novamente um minuto de silêncio.

- É respeitado um minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB – Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo da presente sessão, esta Presidência, antes de dar por encerrados os trabalhos, convoca para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje. Lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária a realizar-se hoje dez minutos após o término da presente sessão.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 19 horas.

11 DE DEZEMBRO DE 2019

74ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Coloca em discussão o PLC 80/19.

2 - ENIO LULA TATTO

Discute o PLC 80/19.

3 - PAULO LULA FIORILO

Para questão de ordem, questiona a inadmissibilidade da leitura do voto em separado, em reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, pelo presidente Wellington Moura, em reunião de 11/12. Afirma que o presidente se baseou no artigo 71 do Regimento Interno. Esclarece que esta decisão não está entre as competências do presidente das comissões, descritas nos artigos 37 e 38 do Regimento Interno. Menciona questão de ordem, elaborada pelo PT em 2012, sobre o assunto. Destaca que a leitura do voto do relator ou do voto em separado só pode ser dispensada após consenso entre todos os integrantes da comissão. Considera a decisão do deputado e presidente da comissão Wellington Moura autoritária e ilegal. Pede o pronto reparo desta ilegalidade pela Presidência da Casa.

4 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Esclarece que a questão de ordem será respondida em momento oportuno.

5 - PROFESSORA BEBEL LULA

Discute o PLC 80/19.

6 - TEONILIO BARBA LULA

Para questão de ordem, questiona a filmagem da sessão extraordinária de ambos os lados do plenário, com a presença da Polícia Militar junto às câmeras.

7 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Informa que fará o questionamento ao responsável da Polícia Militar nesta Casa.

8 - MÁRCIA LULA LIA

Discute o PLC 80/19.

9 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Informa que as câmeras instaladas em ambos os lados do plenário pertencem à imprensa credenciada. Retifica a informação dada anteriormente e informa que a câmera instalada ao lado esquerdo do plenário realmente é da Polícia Militar. Esclarece que já foi pedido para que a mesma seja retirada.

10 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA

Discute o PLC 80/19.

11 - DOUGLAS GARCIA

Discute o PLC 80/19 (aparteado pela deputada Monica da Bancada Ativista).

12 - CARLOS GIANNAZI

Discute o PLC 80/19.

13 - GILMACI SANTOS

Para questão de ordem, afirma que o assessor do deputado Carlos Giannazi está filmando todo o plenário, e não só o deputado na tribuna, conforme orientação da Presidência desta Casa.

14 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Pede que o assessor do deputado Carlos Giannazi filme somente a tribuna.

15 - CORONEL TELHADA

Discute o PLC 80/19 (aparteado pelos deputados Major Mecca, Frederico d’Ávila e Sargento Neri).

16 - ISA PENNA

Discute o PLC 80/19.

17 - SARGENTO NERI

Discute o PLC 80/10 (aparteado pelos deputados Coronel Telhada e Adriana Borgo).

18 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Lembra a realização da segunda sessão extraordinária, hoje às 21 horas e 50 minutos. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB – Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior. Ordem do Dia.

Item número 1, discussão do Projeto de lei Complementar nº 80, de 2019. Para discutir a favor, o nobre deputado Paulo Fiorilo. Vossa Excelência se inscreveu a favor da discussão. Então, V. Exa. tem que riscar tua inscrição sobre a favor.

Mas, V. Exa. se inscreveu a favor da discussão.

Então, para falar a favor, o nobre deputado Enio Tatto. Tem a palavra V. Exa.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, primeiro, eu não vou falar a favor de jeito nenhum. Eu sou contra a reforma da Previdência. (Manifestação nas galerias.)

Me inscrevi para falar primeiro porque depois eu tenho outra atividade, preciso ir embora.

Queria cumprimentar todos os deputados, funcionários, pessoal que está nos assistindo, e, principalmente, vocês, que estão na galeria com essa luta, com essa coragem, com essa garra. Isso é um estímulo para todos nós.

Eu falei aqui da tribuna, ontem, que vocês não sabem como é importante estarem aqui, pois isso fortalece a luta nossa no plenário, nos corredores, nas reuniões, nas comissões.

Na semana passada, foi graças às manifestações de vocês nos corredores que foram suspensos os trabalhos aqui e, assim, não foi votada a PEC. Foi graças ao enfrentamento que vocês fizeram. Caso contrário, naquele dia ela teria sido votada, sim.

Além do papel importante das deputadas do PT, do PSOL e do PCDoB, o que vocês fizeram lá fora foi importante para o presidente tomar a decisão de encerrar a sessão e, com isso, o projeto não foi votado.

Dessa forma, mais uma vez, a luta da gente aqui no plenário, nos corredores, e com vocês se mobilizando, deu resultado. Queria colocar o seguinte: o governo precisa entender, se não entendeu ainda, que quando você vai fazer uma reforma da Previdência, você mexe com muita coisa.

O governo precisa entender que uma proposta que muda a Previdência envolve muitas questões. É a vida de trabalho dos profissionais, no caso, os funcionários públicos do estado de São Paulo. É a vida da família, da mulher ou do marido, dos filhos, dos netos, dos bisnetos, que está em jogo.

O governo Doria não percebeu isso. Tem outra coisa que ele não percebeu: o quanto é delicado tratar de uma reforma Previdenciária. É só ele verificar o que está acontecendo no mundo, o que está acontecendo na América Latina e no mundo todo.

Será que ele não percebe o que aconteceu na Argentina? Será que ele não percebe o que aconteceu na Nicarágua, o que está acontecendo no Chile, o que está acontecendo na França, o que aconteceu na Grécia, quando se debate a Previdência?

O governador achou que era fácil, que em 15 dias ia resolver a questão no estado de São Paulo. Ele ignorou, por exemplo, que em Brasília a reforma da Previdência demorou mais de um ano, e acreditou que a toque de caixa tudo seria resolvido.

Aqui na Alesp, o presidente também imaginou que seria fácil, mas enfrentou a resistência de vocês, dos deputados da oposição, e de muitos que não aceitam a reforma da Previdência, e deu no que deu. Mas, parece que, mesmo com tudo isso, não criaram juízo e continuam cometendo os mesmos absurdos nas comissões.

A liminar conseguida pelo deputado Emidio parece que não serviu de lição, porque hoje pela manhã, mais uma vez, o presidente da Comissão de Finanças, de forma arbitrária, ditatorial, passou por cima do Regimento da Casa, e não deixou a oposição, a bancada do PT, através do deputado Paulo Fiorilo, apreciar o voto em separado.

O que que vai acontecer, deputado Aprígio? Mais uma vez haverá judicialização. E mais uma vez, vão perder na Justiça. Será que não é mais fácil fazer o processo de forma correta, de forma regimental, sem passar por cima das regras? Mas eles têm na cabeça que em São Paulo tudo pode, mas não é assim.

Isso está sendo uma lição para o governo Doria e, principalmente, para a Casa. Esse episódio de hoje pela manhã, em que a leitura do voto em separado foi impedida, já aconteceu outras vezes na Assembleia Legislativa e, em todas as ocasiões, a decisão final foi de que a leitura tinha de ser feita.

A questão de ordem lida pelo deputado Estevam Galvão, que o presidente ainda não respondeu, já foi feita outras vezes. Se o presidente for favorável ao deputado Estevam Galvão, vai passar por cima de decisões que ele mesmo já tomou.

Imagino que não vá acontecer isso. Imagino que a Casa, com esse episódio, vá aprender a respeitar o Regimento.

O deputado Mauro Bragato, que tem muitos mandatos aqui, sabe muito bem que não adianta passar por cima do Regimento, querer atropelar. Não adianta, é perda de tempo.

Por último, quero colocar que essa reforma, realmente, não pode ser aceita. Nós não concordamos com a reforma. Nós da bancada do PT vamos votar contra. (Manifestação nas galerias.)

Nós não vamos, inclusive, negociar nenhuma emenda. Não será uma emenda aqui, outra aí, que vai mudar o nosso posicionamento. O nosso posicionamento é “não”, é contra, por que essa reforma não presta.

Essa reforma tira direitos dos trabalhadores, dos profissionais, dos funcionários públicos do estado de São Paulo. Isso está claro. E da forma como está sendo feita, de forma açodada, mais ainda. Não dá para aceitar. Mas parece que os governos tucanos não têm jeito.

Isso que está acontecendo com a reforma da Previdência foi o que aconteceu, por exemplo, com a questão da segurança, com o caso de Paraisópolis. Doria, que na campanha, fez discursos em que estimulou o uso da violência, agora vê as consequências.

Precisaram morrer nove jovens, nenhum com passagem pela polícia, para, depois de uma semana, o governador voltar atrás em tudo o que falou, tudo que pregou, porque teve uma repercussão nacional, uma repercussão mundial, equiparada ao que aconteceu no Carandiru há muitos anos, e também na Favela Naval, em Diadema.

Os governos daquela época acabaram com suas carreiras e não vai ser diferente com o Doria. Vai pagar caro por isso. (Manifestação nas galerias.) Mas mais caro quem está pagando são as famílias das nove vítimas. Essas não conseguem recuperar os entes perdidos.

Policiais foram afastados. O governador demorou, titubeou. Agora, afasta 38 policiais. Quer dizer que, depois de uma semana, ele percebeu a burrice que fez, o comando que deu? Os policiais são culpados, mas o culpado principal é quem mandou fazer aquilo, é quem está por trás. (Manifestação nas galerias.) Essa é a política absurda dele e do governo do PSDB no estado de São Paulo. (Manifestação nas galerias.)